

Ministro já elabora nova proposta

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, começou ontem a detalhar a proposta de renegociação da dívida externa brasileira que será levada ao comitê assessor dos bancos credores no próximo dia 25, em Nova Iorque. Para isso reuniu-se das 15h30 às 16h25 com o presidente do Banco Central (BC), Fernando Milliet, e com os diretores da Área Externa e para Assuntos da Dívida Externa, do BC, Carlos Eduardo de Freitas e Antônio de Pádua Seixas.

Ao deixar o Ministério da Fazenda, o presidente do Banco Central disse que a proposta ainda não está definida. Mas informou que a tese de que **spread** (taxa de risco) deve ser zero será mantida. Também afirmou que os títulos em que o Brasil pretende transformar parte de sua dívida, assim como os **exit bonds** (bônus de saída destinados à transferência dos débitos de pequenos bancos credores a credores maiores) deverão ser

suficientemente atrativos para interessar aos credores.

Mesma coisa

Milliet explicou que os títulos e bônus de saída são a mesma coisa. Ambos são títulos. A diferença é que os **exit bonds** apenas se destinavam aos pequenos banqueiros (com créditos até US\$ 5 milhões com o Brasil), enquanto os demais títulos se destinam aos grandes bancos. Ambos são transferíveis a terceiros, com deságio (desconto). Um dos pontos do detalhamento é a definição de quanto será este desconto. Certo é que o Brasil pretende beneficiar-se dele. A idéia é que o deságio deve variar de acordo com a cotação da dívida brasileira. E esta cotação ocorrerá em função da maior ou menor capacidade do país de pagar a dívida.

O presidente do Banco Central não acredita que possa acontecer com os títulos brasileiros a mesma coisa que ocorreu com os bônus de saída argentinos. Segundo ele, não era do interesse dos bancos cre-

dores que os títulos argentinos fossem atraentes. Por isso seu valor foi fixado em valor muito pouco abaixo dos ativos (da cotação da dívida) argentinos.

O presidente do BC informou que ao lado da parte não — convencional da renegociação, o Governo também detalhará a parte referente à renegociação convencional. Esta é a parte da dívida que não será transformada em títulos. Originalmente, o Brasil pretendia tornar obrigatória a conversão de metade de sua dívida com os bancos credores (num total em torno de US\$ 70 bilhões) em títulos. Mas depois da conversa preliminar do ministro Bresser Pereira com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, na última terça-feira, o Brasil concordou em tornar esta conversão voluntária. Mesmo assim, o governo está otimista. Bresser Pereira acredita que tornando os títulos atrativos será possível chegar perto da meta original.